

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ OESTE (SECRETARIADA) –**
2 **GRAVAÇÃO DISPONÍVEL** – Em 25/04/2024 (vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro),
3 quinta-feira às 13h30, por videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê Oeste com
4 o seguinte ponto de pauta: **1) Aprovação da Pauta; 2) Avaliação, deliberação e inclusão da**
5 **Prefeitura Municipal de Mesquita; 3) Avaliação, deliberação e inclusão da Instituto**
6 **Cavalos Marinhos; 4) Avaliação, deliberação e inclusão da Colônia de Pesca - Z-11; 5)**
7 **Apresentação do investimento de execução das obras e serviços de infraestrutura e**
8 **saneamento rural e periurbano, recorte nos municípios localizados na bacia do**
9 **Subcomitê Oeste da Região Hidrográfica V; 6) Reativação do GT Infraestrutura Verde**
10 **Oeste e a solicitação de protocolar os resultados do último projeto do GTIV nos órgãos**
11 **competentes; 7) Proposta de Monitoramento da Poluição na foz do Rio Sarapuí e seus**
12 **impactos no rio e nas famílias dos pescadores; 8) Apoio aos projetos de infraestrutura**
13 **verde, através de contratação de equipe técnica para elaboração de projetos de**
14 **restauração florestal – “Habilitação em Projetos tipo Floresta”; 9) Representações do**
15 **Subcomitê Oeste no GTIV CBH-BG ; 10) Estímulo a criação e implantação de políticas**
16 **públicas, para preservação das paisagens que fomentam a recarga de aquíferos,**
17 **controle de cheias, deslizamentos etc. Debate sobre a proteção florestal do território do**
18 **Subcomitê Oeste; 11) Desafios da segurança hídrica nas bacias do Subcomitê Oeste e**
19 **os impactos dos eventos extremos; 12) Informes Gerais.** A reunião foi iniciada com quórum
20 de segunda chamada, às 13h53 com o item **1) Aprovação da Pauta:** Gabriel Macedo solicitou
21 aos presentes a antecipação da apresentação do item 8 de pauta, com a justificativa de ter
22 outro compromisso. Não havendo objeções, houve a inversão do item 8 com o item 4 de pauta.
23 Colocada em votação, a pauta foi aprovada por todos. **2) Avaliação, deliberação e Inclusão**
24 **da Prefeitura Municipal de Mesquita.** Após discussão, foram decididos que os pontos de
25 **pauta 2, 3** serão discutidos posteriormente, a fim da secretaria executiva reunir as informações
26 necessárias para resolução dos itens de pauta. Foi solicitada, como item de pauta, a
27 homologação de entrada da instituição Colônia de Pesca Z-11. **5) Apresentação do**
28 **investimento de execução das obras e serviços de infraestrutura e saneamento rural e**
29 **periurbano, recorte nos municípios localizados na bacia do Subcomitê Oeste da Região**
30 **Hidrográfica V.** Gabriel Macedo iniciou sua apresentação informando que o termo de
31 referência e o orçamento já foram finalizados e enviados ao setor de licitações, onde o
32 responsável está elaborando o edital. Logo após, o documento será encaminhado ao setor
33 jurídico. Caso venha com o parecer positivo o edital será publicado. O edital da Gerenciadora
34 será contratado em paralelo ao acima citado, já que, a Gerenciadora será responsável pela
35 fiscalização, medição e visitação aos canteiros de obra. A expectativa é que os 2 (dois) editais



36 sejam publicados juntos, já que um complementa o outro. Gabriel Macedo fez um breve
37 histórico do projeto que vem sendo discutido desde os meados do ano 2018 a 2019 e passou
38 por diversas modificações. No ano de 2023, de janeiro a maio, foi apresentado o escopo do
39 novo projeto em todos os subcomitês, na Câmara Técnica de Saneamento Ambiental – CTSAM
40 e na Plenária do CBH-BG, onde foi aprovado. Em junho a Resolução nº129 do Comitê foi
41 lançada, deliberando os recursos para essa finalidade. São cerca de R\$14.000.000,00
42 (quatorze milhões de reais) no total, sendo R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)
43 destinados à gerenciadora e R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para execução das
44 obras. Os subcomitês de Maricá, CLIP e Lagoa Rodrigo de Freitas não serão contemplados
45 por esse projeto. José Avelar indagou como será o processo de licenciamento e se será
46 contemplado pelo edital. Gabriel Macedo respondeu que conforme edital, será celebrado um
47 acordo de cooperação técnica, com cada uma das prefeituras e esse tipo de instalação se
48 enquadra na inelegibilidade de licenciamento. Voltando à apresentação, Gabriel Macedo
49 explicou, que após a assinatura de contrato com a executora e gerenciadora, será dado o
50 prosseguimento com as assinaturas dos acordos de cooperação técnica com os municípios. A
51 gerenciadora irá a campo, com sua equipe de mobilização, para averiguar se a residência
52 possui tratamento ou não, se houver, qual o tipo de tratamento. dessas visitas, será gerado um
53 cadastro. Se não houver um tratamento de esgoto sanitário na residência e o proprietário
54 concordar em ser contemplado pelo projeto, entrará para a lista de execução da obra, a ser
55 realizada pela executora de obras. As obras poderão ser feitas por dois modelos, Biodigestor
56 e sumidouro ou biodigestor e ciclo de bananeiras. A princípio, o projeto será executado em
57 áreas rurais, devido às concessionárias não atuarem nessas áreas. No segundo semestre do
58 ano de 2023, foi solicitado, aos municípios, o envio das localidades prioritárias para a execução
59 de obras de saneamento, que abrangem a região rural dos municípios. A seguir, Gabriel
60 Macedo apresentou, através de uma imagem via satélite, as áreas indicadas pelos municípios
61 de Magé, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Os recursos deliberados pelo Subcomitê Oeste,
62 cerca de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), foram abatidos do valor da Gerenciadora,
63 pois ambos os projetos derivam do mesmo recurso, restando R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões
64 e setecentos mil reais) para a execução das obras. Foi calculada uma média ponderada entre
65 o número de municípios e o valor dos módulos, cerca de 10% serão executadas com o
66 biodigestor e sumidouro e os outros 90% o biodigestor e ciclo de bananeiras, já que é uma obra
67 com o valor mais baixo, a média totalizou o valor de 344 residências por município. O termo de
68 referência foi separado em dois blocos, o bloco leste e o bloco 2 incluindo Jacarepaguá e o
69 Oeste. Se colocassem três blocos, separando Jacarepaguá, as obras seriam encarecidas, pois,
70 seria previsto mais um canteiro de obra. O projeto foi dividido em dois canteiros de obras



71 centrais e os canteiros de apoio, conforme os municípios atendidos. Roberto Ricardo informou
72 que em Belford Roxo, segundo IBGE, não possui área rural, em seguida questionou ao Gabriel,
73 se o parâmetro está sendo avaliado. Gabriel Macedo respondeu que sim. Após as dúvidas
74 levantadas pelos membros serem respondidas, o item de pauta foi encerrado. **2) Avaliação,**
75 **deliberação e Inclusão da Prefeitura Municipal de Mesquita; 3) Avaliação, deliberação e**
76 **inclusão da Instituto Cavalos Marinhos e 4) Avaliação, deliberação e inclusão da Colônia**
77 **de Pesca Z-11;** Carolina Martins informou, após consulta, que atualmente na plenária de
78 composição do Subcomitê Oeste, nos segmentos de poder público e sociedade civil, possuem
79 apenas vagas para suplente, já para o segmento de usuários, existe vagas para titular. Em
80 seguida, Carolina Martins questionou aos membros que se tinham objeções em relação à
81 entrada das seguintes instituições, Prefeitura Municipal de Mesquita, no segmento poder
82 público, como suplente; Instituto Cavalos Marinhos, no segmento sociedade civil, como
83 suplente e Colônia de Pesca Z-11, no segmento usuário de recursos hídricos, como titular. Não
84 havendo objeções, a entrada das instituições, acima citadas, foi homologada. **6)**
85 **Representações do Subcomitê Oeste no GTIV CBH-BG.** Carolina Martins, explicou aos
86 presentes, a finalidade do GT Infraestrutura Verde e em seguida, informou que cada subcomitê
87 precisa indicar representantes para fazerem parte do GT. O ideal é que o grupo busque pela
88 paridade, se possível, indicar um representante de cada seguimento. Foi solicitado aos
89 membros que possuem interesse em participar do GT Infraestrutura Verde que se
90 candidatassem através do chat. Gisele Pires solicitou à Secretaria Executiva que criasse um
91 formulário na página na web, Googles Forms, com os nomes dos candidatos para que os
92 membros pudessem votar. Os inscritos foram Leandro Travassos – Associação ECOCIDADE,
93 José Arnaldo – SEMAM e José Avelar – Prefeitura de Duque de Caxias. Após votação, foi
94 decidido como representantes do subcomitê Oeste no GT Infraestrutura Verde, Leandro
95 Travassos como titular, José Arnaldo e José Avelar como suplentes. **7) Reativação do GT**
96 **Infraestrutura Verde Oeste e a solicitação de protocolar os resultados do último projeto**
97 **do GTIV nos órgãos competentes.** Leandro Travassos informou que no ano de 2019, se
98 candidatou a coordenador do GT, observando essa questão da ocupação, época em que
99 estava na gestão da REBIO do Tinguá, o adensamento urbano está crescendo dentro e ao
100 entorno das unidades, como as cidades são dinâmicas, as unidades de conservação também
101 devem ser. Foi priorizada a utilização dos recursos em um estudo para a ampliação das
102 unidades de conservação. Informou que não quis deixar nada muito fechado, pois a intenção
103 era propor um mosaico, com as unidades com vários usos, usos menos restritivos com a
104 ampliação maior, e as com os usos mais restritivos com as ampliações menores. No ano de
105 2022, como resultado, teve a ampliação da APA Alto Iguaçu, REVIS da Serra da Estrela e da



106 REVIS do Tinguá. Recentemente foi notado um pequeno erro no resultado do projeto, Leandro
107 Travassos informou que irá fazer uma nota para que o projeto retorne a empresa para ser
108 retificado. O lapso de tamanho, fez as propostas irem e voltarem algumas vezes. A ampliação
109 de cerca 4.000 (quatro mil) hectares para a APA Alto Iguaçu, de 1.800 (mil e oitocentos)
110 hectares para o REVIS Tinguá, 900 hectares para REVIS Serra da Estrela, a proposta de um
111 refúgio de vida selvagem municipal em Duque de Caxias, a proposta de criação de um Parque
112 Municipal do Morro do Calengué, ao lado de Xerém. O projeto possui as seguintes propostas:
113 ampliação da área protegida, manutenção das áreas rurais e aplicação das políticas públicas
114 de conservação para o mantimento da paisagem. Paisagens estas que possibilitam recargas e
115 preservam mais áreas de APP's do que um adensamento urbano. A seguir, os membros
116 discutiram e tiraram suas dúvidas, Gisele Pires colocou em votação, a reativação do GT
117 Infraestrutura verde do Subcomitê, os três, acima eleitos, serão membros natos, permitindo a
118 entrada de técnicos e interessados no tema. Reativação aprovada por todos. **8) Proposta de**
119 **Monitoramento da Poluição na foz do Rio Sarapuí e seus impactos no rio e nas famílias**
120 **dos pescadores.** José Arnaldo questionou quem teria a proposta desse monitoramento, qual
121 será o encaminhamento do debate. Não sabe ao certo se já possui algo esboçado ou se será
122 aprovada a proposta de ter o monitoramento. Em plenária vem sendo discutido a inserção da
123 empresa contratada, encaminhar o contrato, o certo é que pudesse ter uma ação propositiva
124 para esse território, que pudesse trazer esforços do subcomitê e do comitê. Esse
125 monitoramento certificaria as denúncias do Sr. Gilciney Lopes. No mínimo, na resolução nº 420
126 há uma área suspeita de contaminação, mas que é uma área muito bem monitorado e pode-
127 se afirmar que é uma área contaminada. Vinicius Souza informou que o antigo lixão de Duque
128 de Caxias é administrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB,
129 Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e uma terceirizada contratada pela Companhia Municipal
130 de Limpeza Urbana - COMLURB para administrar o antigo lixão que atualmente é um aterro
131 controlado. Há um tempo, a responsável pelo tratamento do chorume e que coletava biogás
132 era a empresa Gás Verde, após muito problemas enfrentados como extravasamento de
133 chorume, a Gás Verde foi substituída pela empresa Statled Brasil. Sobre o ICMS, dentro do
134 programa do ICMS ecológico existe uma pontuação para remediação de vazadouro, Duque de
135 Caxias não atinge a pontuação comprobatória porque não possui a documentação necessária.
136 É obrigatório ter uma licença ambiental de recuperação e o INEA possui um processo aberto
137 para emitir uma LAR para o lixão do Gramacho. Sobre a questão de monitoramento, quem
138 executa é a Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB juntamente com Statled
139 Brasil. José Arnaldo afirmou que por mais que seja traçado qualquer tipo de monitoramento
140 externo ao processo de remediação, será redundante, pois irá somente confirmar o que foi



141 apresentado pelo sr. Gilciney Lopes. O encaminhamento proposto para essa proposta foi
142 realizar uma reunião junto ao INEA para aprofundar no tema. Gilciney Lopes fez uma correção
143 sobre as empresas atuantes desde a paralização do aterro. Inicialmente teve a Nova Gramacho
144 que atualmente possui um processo contra, em seguida, a empresa Bio Gás, atualmente a
145 Statled Brasil. Informou que recentemente, observou dois flagrantes com materiais como o
146 álcool em gel e materiais químicos no alto do aterro do Jardim Gramacho sem preparo algum.
147 A situação foi protocolada e as denúncias enviadas. Gilciney comentou que nasceu e cresceu
148 em Duque de Caxias praticamente dentro dos manguezais e aterros, pois todos os lixões que
149 vieram para Duque de Caxias foram parar dentro dos manguezais, onde viviam cerca de 200
150 famílias que foram dizimadas, já que as novas gerações não possuem interesse em viver da
151 pesca. Não se fala somente da presença do lixão, mas também da omissão dos poderes
152 públicos, procedimentos equivocados, sem preparo ao solo, como ocorreu em Seropédica onde
153 foram realizados todos os tratamentos. Após discussões, o encaminhamento proposto pelo
154 José Arnaldo sobre a reunião com o Presidente do INEA e Secretário de Estado, a fim de
155 discutir sobre a licença ambiental de recuperação do antigo lixão de Gramacho, foi aprovado
156 por todos. **9) Apoio aos projetos de infraestrutura verde, através de contratação de equipe
157 técnica para elaboração de projetos de restauração florestal – “Habilitação em Projetos
158 tipo Floresta”.** José Arnaldo informou que é uma proposta trazida por Nova Iguaçu em cima
159 do Programa Anual de Atividades e Desembolso – PAAD, como poderia ser potencializado o
160 conjunto de políticas públicas, nesse sentido propõe o debate. Possui R\$ 1.800.000,00 (um
161 milhão e oitocentos mil reais) e a preposição de aumentar o grupo técnico para a demanda de
162 apoio a todas as questões, como o GT de Infraestrutura Verde tem para a defesa do conjunto
163 de municípios. Informou que havia feito essa apresentação olhando através da Serra do Maciço
164 e o Projeto Iguaçu e todo o contexto das bacias que ali nascem. O Projeto Iguaçu aponta quase
165 900 hectares de recuperação florestal e um conjunto de outras áreas no território de Nova
166 Iguaçu. Certamente, outros colegas terão o mesmo olhar dentro de suas unidades de
167 conservação. Sugeriu a aprovação do investimento de R\$700.000,00 (setecentos mil reais) do
168 montante acima citado, olhando essa necessidade de start técnico para a priorização de
169 investimentos em projeto e o que pode ser aprovado. Como exemplo citou, o aprimoramento e
170 aproveitamento do projeto do Miguel na Cidade dos Meninos, a questão das homologações do
171 CAR, entre outros. Instigou aos membros para um debate sobre o ponto apresentado. Em
172 seguida José Arnaldo questionou a secretaria executiva qual o item correspondente do PAAD
173 2024. Após discussões, José Arnaldo sugeriu aos membros o encaminhamento dessa
174 discussão para o workshop do GT Infraestrutura Verde. Os membros aprovaram a sugestão.
175 **10) Estímulo a criação e implantação de políticas públicas, para preservação das**



176 paisagens que fomentam a recarga de aquíferos, controle de cheias, deslizamentos etc.
177 **Debate sobre a proteção florestal do território do Subcomitê Oeste.** Sobre o item de pauta,
178 José Arnaldo informou que esse tema está muito associado ao workshop do GT Infraestrutura
179 Verde. José Avelar salientou sobre a importância de incluir o valor histórico dos rios, pois não
180 é incluído o estudo e não consegue levar esse informe de educação ambiental para as escolas.
181 Como exemplo o Canal Cabocla que possui uma linda história e não está relatado em lugar
182 nenhum. Vinicius Carvalho salientou que no ICMS Ecológico, possui um item que é Plano
183 Municipal de Segurança Hídrica, que pode estar alinhado com a questão da recarga de
184 aquíferos e deslizamentos. É uma ação que acaba revertendo em recursos para os municípios,
185 talvez poderia apoiar ou provocar os municípios pertencentes ao Subcomitê Oeste para
186 implementar seus planos municipais de segurança hídrica. Após discussões, foi decidido que
187 a discussão dos **itens de pauta 10 e 11** devem ocorrer também no workshop do GT
188 Infraestrutura Verde. Entre assuntos gerais, a reunião foi encerrada às 11h46, eu, Maria Clara
189 Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou fé.

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.

José Arnaldo de Oliveira

Alexandre Anderson de Souza

Gisele Dornelles Pires

Coordenação do Subcomitê Oeste

Participantes: Universidade Iguazu (UNIG) - Gisele Dornelles Pires; Conselho Regional de Biologia da 2ª Região RJ/ES (CRBio 2ª Região) - Alexandre Buzzani Pacheco de Meirelles; Fundação Rio Águas (Prefeitura do Rio de Janeiro) - Georgiane Costa Vita; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) - Carolina Raquel Depolito Melo; Prefeitura de Duque de Caxias - José Ribeiro Avelar Filho; Universidade Federal do Rio de Janeiro – Monica Maria Pena; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro; Prefeitura Municipal de Mesquita – Humberto Garcia; SEMAM Nova Iguaçu - José Arnaldo dos Anjos de Oliveira; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) - Jorge Antônio da Silva; Prefeitura de Belford Roxo - Roberto Ricardo; Prefeitura de Magé - Maria Aparecida de Souza de Resende; Associação Ecocidade - Leandro Travassos; Colônia de Pesca de Duque de Caxias – Gilciney Lopes Gomes; AGEVAP (Secretaria Executiva) - Gabriel Macedo, Carolina Martins, Maria Clara;



213 **Convidados:** Valber Januário; Bruna Vieira de Medeiros - Instituto Ambiente em Movimento,
214 UFRJ; Vinicius Carvalho - Analista Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de
215 Duque de Caxias; Geziana Madeira – Instituto Ecopreserva
216

217 **Encaminhamentos:**

- 218 1. Inclusão Colônia de Pescadores – Z 11 – Titular; (Secretaria Executiva)
219 2. Inclusão Cavalos Marinhos – Suplente; (Secretaria Executiva)
220 3. Inclusão Prefeitura Municipal de Mesquita – Suplente; (Secretaria Executiva)
221 4. Reunião conjunta com o INEA e a coordenadoria, sobre a discussão da licença ambiental;
222 (Coordenação)
223 5. Sobre a pauta 9: Apoio aos projetos de infraestrutura verde, através de contratação de equipe
224 técnica para elaboração de projetos de restauração florestal – “Habilitação em Projetos tipo
225 Floresta”. Qual é o item na PAAD 2024; (Secretaria Executiva)
226 6. Para consolidação, direcionar para discussão no GT Infraestrutura Verde. O ponto 9: Apoio
227 aos projetos de infraestrutura verde, através de contratação de equipe técnica para elaboração
228 de projetos de restauração florestal – “Habilitação em Projetos tipo Floresta”. Ponto 10:
229 Estímulo a criação e implantação de políticas públicas, para preservação das paisagens que
230 fomentam a recarga de aquífero, controle de cheias, deslizamentos etc. Ponto 11: Desafios da
231 segurança hídrica nas Bacias do Subcomitê Oeste e os impactos dos eventos extremos;
232 (Coordenação)
233 7. Fazer um formulário no Google FORMS para votação Subcomitê Oeste no GTIV CBH -BG.
234 (Secretaria Executiva – em reunião)

